

Plano de Desenvolvimento Social Do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

2019-2024

Aprovado em reunião de CLAS a 19 de Julho de 2019

Conselho Local da Ação Social de Figueira de Castelo Rodrigo

Índice

Introdução.....	3
O que é o Desenvolvimento Social?	4
O que é o Plano de Desenvolvimento Social?	5
Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?	6
O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico	6
As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social	7
Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento	9
Nível Europeu.....	9
Europa 2020.....	9
Nível Nacional	11
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).....	11
COMPETE 2020	12
Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI).....	13
Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020)	14
Plano Nacional de Saúde (PNS)	15
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	17
Nível Regional/Local	18
CENTRO 2020.....	18
Plano Diretor Municipal (PDM) de Figueira de Castelo Rodrigo	19
Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo.....	20
Metodologia.....	21
Eixo 1- Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas)	22
Problemas	22
Minorias étnicas	22
Objetivos Gerais.....	22
Objetivos Específicos.....	23
Estratégias e Ações	23
Recursos e Parcerias.....	24
Projetos e Candidaturas.....	26
Acompanhamento e Avaliação	26

Eixo 2 – Emprego / Formação e Qualificação Profissional.....	28
Problemas	28
Objetivo Geral.....	28
Objetivos Específicos.....	28
Estratégias e Ações	28
Recursos e Parcerias.....	29
Projetos e Candidaturas	30
Acompanhamento e Avaliação	30
Eixo 3 - Promoção da qualidade de vida da população idosa.....	31
Problemas	31
Objetivo Geral.....	31
Objetivos Específicos.....	31
Estratégias e Ações	32
Recursos e Parcerias.....	32
Projetos e Candidaturas	33
Acompanhamento e Avaliação	34
Eixo 4 – Preservação do Ambiente	35
Problemas	35
Objetivo Geral.....	35
Objetivos específicos	35
Estratégias e Ações	36
Recursos e Parcerias.....	37
Projetos e Candidaturas	38
Acompanhamento e Avaliação	38
Contatos Úteis	39
Bibliografia.....	45
Fontes	45
Sites Consultados.....	45

Introdução

No sentido de diminuir a pobreza e exclusão e de aumentar o desenvolvimento social, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, de forma participada e integrada, reuniu informações, discutiu pontos de vista e delineou estratégias de intervenção de forma articulada.

O Diagnóstico Social permitiu identificar constrangimentos, potencialidades e delinear assim propostas de intervenção, valorizando sempre os agentes locais e atuando sempre diretamente no terreno. Aproveitar e racionalizar recursos, promover a consciencialização coletiva relativamente aos problemas sociais e incentivar a intervenção interinstitucional.

A construção do Plano de Desenvolvimento Social implica esforços de articulação interinstitucional e técnico a ponto de conduzir a algumas vantagens tais como:

- A integração de medidas e políticas locais, regionais, nacionais e comunitárias;
- A racionalização e adequação de recursos e iniciativas dos serviços e organizações;
- O desenvolvimento de ações preventivas e remediativas;
- A participação e responsabilização da população.

O que é o Desenvolvimento Social?

A noção de Desenvolvimento Social surgiu a partir das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de “cima para baixo”. Partia-se de uma visão funcionalista do desenvolvimento no território, em que se supunha que um nível de crescimento económico satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões. Em Portugal, são bem conhecidos os efeitos deste tipo de conceções: desequilíbrios fortíssimos no espaço nacional, geradores de processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país; e graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento territorial e agressão ambiental, nos polos industrializados e urbanizados. As noções de desenvolvimento local, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social vieram contestar estes modelos e trazer perspetivas alternativas.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, as suas bases foram definidas sobretudo em torno de um conjunto de princípios e de um programa de ação que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu. Trata-se por isso de uma noção mais normativa que propriamente teórica ou académica. É com base nesses princípios/metapas que se pretende que sejam orientados os esforços do Plano de Desenvolvimento Social, com as respetivas ressalvas que dizem respeito às diferenças do contexto português.

Considera-se como pilares do Desenvolvimento Social:

- a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis;
- a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do autoemprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);

- a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a proteção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc.;
- o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos:

1. Uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.
2. A transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

O que é o Plano de Desenvolvimento Social?

Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também os efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer -se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e coletivas. O seu objetivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Ação), quer elas sejam propostas fora do âmbito do CLAS.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social dos Concelhos.

O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas. Trabalhar com base nesta perspetiva tem uma série de implicações, designadamente:

1. Planear de forma integrada, tendo em conta todas as dimensões dos problemas que têm de ser consideradas nas soluções;
2. Planear não só os objetivos a alcançar, mas dar igual importância às formas de os alcançar, assegurando a participação efetiva de todos aqueles que nele estarão implicados ou que por ele serão afetados, tendo em conta os recursos humanos, materiais, o calendário para a implementação, etc. Para tal, procura-se contratualizar:
 - i. uma visão conjunta da situação e das transformações mais urgentes e possíveis a desencadear pelo Plano;
 - ii. as atribuições de cada um dos parceiros na fase de implementação;
 - iii. o modo como serão afetados os recursos comuns e de cada um dos parceiros;

- iv. o modo como será feita a gestão da implementação do Plano de Desenvolvimento Social;
 - v. a participação na avaliação dos resultados da intervenção.
 3. Planear tendo em conta não só, a realidade presente, mas as oportunidades e ameaças que se poderão colocar no processo de implementação do plano, de modo a prever formas de tirar partido delas ou de as contornar, respetivamente. Tal supõe que se conheçam as forças e os obstáculos internos da parceria e o modo como será feita a gestão da implementação do Plano de Desenvolvimento Social, bem como a participação na avaliação dos resultados da intervenção.
 4. Planear identificando as dimensões prioritárias e mais suscetíveis de produzir mudança na realidade dos concelhos em que se intervém.

As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social é um esforço de articulação entre vários setores e vários parceiros que traz importantes vantagens:

- Permite integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional, nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respetivas complementaridades e detetando as suas fragilidades;
- Permite a racionalização e a adequação de recursos e das iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;
- Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- Permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações possibilitam.

Com este Plano de Desenvolvimento Social procura-se centrar as preocupações nas pessoas e comunidades para as quais se trabalha, já que este permite:

- Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a “boas práticas” já implementadas, procurando minorar os efeitos da contingência dos financiamentos a projetos e assegurando a sustentabilidade de percursos no sentido da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pelas populações alvo de tais projetos;
- Proporcionar respostas às causas e não só às manifestações dos problemas e contribuir para o desenvolvimento de atuações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento;
- Implicar progressivamente as populações a quem se dirige, na procura de soluções adequadas às situações.

Do ponto de vista das instituições envolvidas, o Plano de Desenvolvimento Social permite:

- Modificar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria;
- Facilitar o acesso a recursos e informação que poderão suportar as suas intervenções, contribuindo para atenuar algumas das desigualdades existentes;
- Valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projeto de conjunto.

Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento

O programa Rede Social, apesar de ter a sua génese numa linha de desenvolvimento territorial concertada, baseada numa intervenção social participada, não pode, nunca, ser dissociado de lógicas de ação mais globalizadas como planos e medidas interventivas com base em políticas definidas a nível supraconcelhio e supranacional.

Deste modo e, ainda que possamos estar perante um período transitório no que diz respeito a algumas estratégias e, alguns programas e planos de desenvolvimento, faz todo o sentido enquadrar este documento e as suas prioridades de intervenção, numa lógica de planeamento macro social (Estratégia Europa 2020; Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - PO SEUR; COMPETE 2020; Plano Nacional de Ação para a Inclusão - PNAI; Plano de Desenvolvimento Rural 2020 - PDR 2020; Plano Nacional de Saúde – PNS; Programa Operacional Inclusão Social e Emprego POISE), bem como numa lógica mais micro social (CENTRO 2020; Plano Diretor Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo).

Nível Europeu

Europa 2020

Após o *términus* da Estratégia de Lisboa, ficou definida, em Conselho Europeu, uma nova estratégia para o emprego e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que reforça a coordenação de reformas estruturais entre os Estados – membros, baseadas na governação económica e na sustentabilidade financeira, denominada Europa 2020.

Se em 2000 a Estratégia de Lisboa ganhava pontos com as suas prioridades centradas na “construção da sociedade do conhecimento (em que as qualificações, a ciência e a tecnologia e a inovação são fatores-chave de progresso)”, em 2010 os princípios base da estratégia Europa 2020 centram-se no:

- “**Crescimento inteligente:** desenvolver uma economia baseada no crescimento e na inovação;”
- “**Crescimento sustentável:** promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva.”
- “**Crescimento inclusivo:** fomentar uma economia com níveis de emprego que assegura a coesão social e territorial.”

Assim, e uma vez que a sociedade do conhecimento está em construção, mas é urgente associar, de uma forma mais forte, a visão de sustentabilidade com um novo padrão energético suportado em fontes renováveis, um maior respeito pelo equilíbrio com a natureza e uma maior proteção do ambiente, e a visão de inclusão, tendo em conta os problemas do desemprego na Europa e os desafios inerentes ao envelhecimento da população e de uma maior justiça social.

Desta forma, esta estratégia tem por base os seguintes indicadores e metas concretas:

- “75% da população de idade compreendida entre os 20 e 64 anos deve estar empregada”;
- “3% do PIB deve ser investido em I&D”;
- “Os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30% do objetivo para a redução de emissões, se as condições o permitirem)”;
- “A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior”;
- “20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza”.

Nível Nacional

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)

O PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos pretende contribuir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo assim aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes.

Portugal procura uma trajetória de crescimento sustentável assente num modelo de desenvolvimento mais competitivo e resiliente, com menor consumo de recursos naturais e energéticos, e que, ao mesmo tempo gere novas oportunidades de emprego, de criação de riqueza e de reforço do conhecimento. O processo de programação para 2014-2020 visa a antecipação e a adaptação europeia às grandes mudanças globais no domínio da energia, das alterações climáticas e do uso mais eficiente dos recursos numa perspetiva dinâmica que relaciona competitividade e sustentabilidade. Portugal está profundamente empenhado na transformação estrutural do seu modelo de desenvolvimento, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergência no contexto europeu.

A estratégia para o PO SEUR alude a uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade assente em três pilares estratégicos que estão na origem dos 3 Eixos de Investimento do Programa:

- Eixo I - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;
- Eixo II - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Eixo III - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Portugal apresenta condições e oportunidades no domínio da economia verde, que devem ser exploradas e aproveitadas para criar maior riqueza e emprego. O país está fortemente empenhado em incentivar a economia verde através de diferentes mecanismos (fiscais, regulamentares, investimentos), estimulando os setores público e

privado, a intervirem cada vez mais neste domínio, sendo que os investimentos previstos nas áreas abrangidas pelo PO SEUR gerarão também oportunidades significativas para diversos setores e atividades, em termos de rendimento e emprego.

COMPETE 2020

O principal desafio de Portugal, e de forma particular das regiões menos desenvolvidas, é o de aumentar significativamente a sua competitividade económica, mobilizando e potenciando os seus recursos e competências, visando a criação de emprego e a retoma da dinâmica de convergência com as economias mais desenvolvidas da UE.

O COMPETE 2020 tem como missão assegurar as condições adequadas ao nível das competências, das práticas e da articulação institucional, para uma seleção de candidaturas orientadas para a criação e agregação de valor a produtos e serviços inovadores e para a promoção da coesão e integração territorial.

Os objetivos estratégicos do COMPETE 2020 são:

1. Aumentar a intensidade de tecnologia e conhecimento dos vários setores e do conjunto da economia;
2. Aumentar o peso de atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e a orientação exportadora das empresas portuguesas;
3. Capacitar as PME para o prosseguimento de estratégias de negócio mais avançadas;
4. Melhorar as condições de transporte e mercadorias entre Portugal e o exterior, com repercussão na redução dos custos e tempos de operação para as empresas;
5. Melhorar a capacitação, a eficiência e a integração dos serviços públicos, reduzindo custos de contexto.

Para a concretização destes objetivos, o COMPETE 2020 foi estruturado em 6 Eixos prioritários:

- Eixo I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- Eixo II - Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto;
- Eixo III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;
- Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- Eixo V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública;
- Eixo VI - Assistência Técnica.

Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)

O Plano Nacional de Ação para a Inclusão é outro dos planos com os quais é essencial articular o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo que este apresenta uma estratégia global ajustada à análise do contexto socioeconómico e dos seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, que levou à definição de prioridades políticas de intervenção, com vista à concretização de objetivos comuns europeus.

Tendo como base o diagnóstico nacional no PNAI são realçados seis grandes riscos que atingem fortemente a inclusão em Portugal:

1. Pobreza Infantil e pobreza dos idosos;
2. Insucesso escolar e abandono escolar precoce;
3. Baixos níveis de qualificação;
4. Participação diminuta em ações de aprendizagem ao longo da vida;
5. Info – exclusão;
6. Desigualdades e discriminação no acesso aos direitos das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Com vista ao combate a muitas clivagens e à posterior inclusão social dos grupos mais desestruturados, este plano assenta em três principais prioridades políticas:

1. “Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;”
2. “Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificação, como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;”
3. “Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.”

Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020)

A visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, nomeadamente na formulação do **Programa de Desenvolvimento Rural** do Continente, terá como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos.

Desta forma o PDR2020 pretende o crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional, tendo como objetivos:

- O crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- A promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos;
- A criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

O PDR 2020 encontra-se dividido em várias ações com objetivos distintos, sendo que a ação a que cada indivíduo deve concorrer depende do tipo de projeto que este pretende apresentar:

- Inovação;
- Conhecimento;
- Valorização da Produção Agrícola;
- Valorização dos Recursos Florestais;
- Organização da Produção;
- Gestão de risco e restabelecimento do potencial produtivo;

- Agricultura e Recursos Naturais;
- Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais;
- Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas;
- Leader.

Em suma, a estratégia elaborada por Portugal foca-se em três pilares: a **criação de valor**, a **proteção e gestão eficiente dos recursos** e a **sustentabilidade do território**.

Plano Nacional de Saúde (PNS)

O direito aos cuidados de saúde é um aspeto essencial na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, valores como a equidade, a universalidade, a qualidade e a solidariedade, são pilares fundamentais, sobre os quais foi edificado o Sistema Nacional de Saúde.

O **Plano Nacional de Saúde** tem por missão:

- Afirmar os valores e os princípios que suportam a identidade do Sistema de Saúde, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde, e reforçar a coerência do sistema em torno destes;
- Clarificar e consolidar entendimentos comuns que facilitam a integração de esforços e a valorização dos agentes na obtenção de ganhos e valor em saúde;
- Enquadrar e articular os vários níveis de decisão estratégica e operacional em torno dos objetivos do Sistema de Saúde;
- Criar e sustentar uma expectativa de desenvolvimento do Sistema de Saúde através de orientações e propostas de ação;
- Ser referência e permitir a monitorização e avaliação da adequação, desempenho e desenvolvimento do Sistema de Saúde.

O Plano Nacional de Saúde tem como valores e princípios a transparência e a responsabilização que permitam a confiança e a valorização dos agentes, bem como que o sistema se desenvolva aprendendo. Para além destes destacam-se:

- O envolvimento e participação de todos os intervenientes nos processos de criação de saúde;

- A redução das desigualdades em saúde, como base para a promoção da equidade e justiça social;
- A integração e continuidade dos cuidados prestados aos cidadãos;
- Um sistema de saúde que responda com rapidez às necessidades, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis para evitar o desperdício;
- A sustentabilidade, de forma a preservar estes valores para o futuro, em que se possa conjugar: uma população saudável; comunidades resilientes que possam dispor de uma boa rede informal de cuidados; políticas e práticas de saúde bem integradas nas outras políticas e práticas sociais e económicas; um sistema de cuidados de saúde bem concebido e centrado nas pessoas, adequado aos objetivos, que seja eficiente, e tenha recursos humanos adequados, qualificados e a trabalhar em equipa, de modo a cuidados de saúde integrados.

Neste Plano propõem-se quatro metas para 2020, sendo elas:

- 1) Reduzir a mortalidade prematura (≤ 70 anos), para um valor inferior a 20%;
- 2) Aumentar a esperança de vida saudável aos 65 anos de idade em 30%;
- 3) Reduzir a prevalência do consumo de tabaco na população com ≥ 15 anos e eliminar a exposição ao fumo ambiental;
- 4) Controlar a incidência e a prevalência de excesso de peso e obesidade na população infantil e escolar, limitando o crescimento até 2020.

O processo de implementação do Plano Nacional de Saúde assenta em quatro eixos transversais que devem estar refletidos em todas as ações e intervenções do Sistema de Saúde e em todos os setores com impacto na saúde.



Portugal é um país com baixa natalidade, uma população envelhecida, portadora de patologia crónica múltipla. Este documento visa dar uma resposta a este cenário epidemiológico e demográfico contribuindo para que se incentive a natalidade, para que os jovens venham a ser adultos mais saudáveis e para que existam respostas rápidas e eficazes aos desafios lançados tanto pelas doenças de evolução prolongada, doenças transmissíveis e trauma, como pelas emergências de saúde pública.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)

“Para vencer - material ou imaterialmente - três coisas definíveis são precisas: saber trabalhar, aproveitar oportunidades, e criar relações.”

(Fernando Pessoa, in 'Teoria e Prática do Comércio')

O **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** tem como intuito alcançar os objetivos com os quais se compromete, mas acima de tudo com o propósito de criar condições que proporcionem oportunidades aos que direta e indiretamente procuram o Programa e beneficiam das ações.

Procura-se a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e a promoção da sua inclusão nas suas mais variadas formas.

O Programa ambiciona não só ser um parceiro decisivo para um Portugal mais inclusivo, com mais e melhores empregos, mas também alcançar um elevado nível ético, promovendo a sua divulgação interna e externa, de forma aberta e transparente, com vista à melhor prossecução do interesse público.

O POISE assenta em 4 eixos:

- Eixo 1: Promover a Sustentabilidade e a Qualidade do Emprego - Acesso ao emprego; Igualdade de género; Adaptabilidade dos trabalhadores; Modernização do mercado de trabalho.
- Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem – Inserção Profissional.
- Eixo 3: Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação – Inclusão ativa; Igualdade de oportunidades; Acesso a serviços sustentáveis; Empreendedorismo social;
- Eixo 4: Assistência Técnica

Nível Regional/Local

CENTRO 2020

O Programa Operacional da Região Centro, para o período 2014-2020 (CENTRO 2020), tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais.

Com a aplicação dos fundos comunitários inscritos no Programa Operacional, a Região Centro ambiciona tornar-se *Innovation Follower*, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

O Programa é, ainda, um instrumento decisivo para a concretização da Estratégia de Especialização Inteligente definida na Região Centro (RIS3), que funcionará como um elemento racionalizador dos investimentos a apoiar, seja na concretização das prioridades da competitividade (I&D e inovação), seja na concretização de três objetivos transversais, que assumem especial relevância na estratégia regional: coesão territorial, política de cidades e sustentabilidade e uso eficiente de recursos.

Na RIS3 foram identificadas quatro Plataformas de Inovação:

- 1) Soluções industriais sustentáveis;
- 2) Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais;
- 3) Tecnologias ao serviço da qualidade de vida;
- 4) Inovação territorial – que constituem áreas de interligação de 11 domínios diferenciadores regionais: domínios temáticos, que correspondem a capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico e/ou a dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras

(Agricultura, Floresta, Mar, Turismo, TICE, Materiais, Biotecnologia, e Saúde e Bem-Estar); e domínios transversais (Produtividade Industrial Sustentável, Eficiência Energética, Inovação Rural) que correspondem a prioridades tributárias dos desafios em matéria de economia verde e de baixo carbono, e dos desafios da coesão territorial.

Para o período 2014-2020, o Programa Operacional da Região Centro terá uma dotação de 2.155 milhões de euros, dos quais 1.751 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE). Este valor representa um acréscimo de 27% face ao anterior período de programação (2007-2013) e corresponde a um valor de 925 euros por habitante da Região Centro.

O novo Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários:

Eixo 1 - Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS);

Eixo 2 - Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR);

Eixo 3 - Desenvolver o potencial humano (APRENDER);

Eixo 4 - Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR);

Eixo 5 - Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR e CONVERGIR);

Eixo 6 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR);

Eixo 7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR);

Eixo 8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR);

Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES);

Eixo 10 - Assistência técnica.

Plano Diretor Municipal (PDM) de Figueira de Castelo Rodrigo

O Plano Diretor Municipal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo é outro documento com o qual se torna essencial fazer uma articulação deste PDS.

Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”

(Artigo 10.º do Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003)

A Carta Educativa do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo pretende ser um documento que permita adequar a oferta educativa do município à procura efetiva, de forma a que essa oferta se constitua como um instrumento gerador de desenvolvimento. É um documento que, de uma forma estruturada, permite racionalizar a oferta educativa no concelho adequando-a às suas necessidades e valorizando o papel das comunidades educativas que o integram e os projetos educativos das escolas.

A carta educativa do Município de Figueira de Castelo tem como objetivos melhorar a educação, o ensino, a formação e a cultura, bem como utilizar eficazmente os edifícios e equipamentos de um determinado território também no qual é pertinente a articulação com o Plano de Desenvolvimento Social de Figueira de Castelo Rodrigo.

Metodologia

O Plano de Desenvolvimento Social assenta numa variedade de pressupostos metodológicos que foram sistematizados desde o início da Rede Social. Foi possível cumprir os princípios da integração dos diversos planos, programas e medidas assim como projetos no terreno, realçando a articulação - conjugação de recursos, parcerias e objetivos.

Ao rever os recursos inventariados na síntese de cada área social, o Núcleo Executivo estabeleceu relações entre problemáticas, recursos e propostas, de forma a identificar algumas das prioridades de intervenção de forma inclusiva.

As estratégias metodológicas utilizadas para a definição de objetivos, ações, parcerias, acompanhamento, avaliação, e os recursos que constam no Plano de Desenvolvimento Social provêm do trabalho conjunto de instituições, entidades, comunidade, técnicos e todos os parceiros.

O Plano de Desenvolvimento Social de Figueira de Castelo Rodrigo tem como eixos prioritários de intervenção:

- Eixo 1 - Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas);
- Eixo 2 - Emprego e Formação;
- Eixo 3 - Assistência à 3ª Idade
- Eixo 4 – Preservação do Ambiente.

Eixo 1- Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas)

Problemas

- Pouca valorização da escola por parte da família;
- Desacreditação do papel da escola/professores;
- Défice de competências parentais, sociais e relacionais;
- Algum défice na articulação entre os diversos subsistemas do sistema educativo, saúde, emprego, segurança social, etc.);
- Algum desconhecimento dos direitos;
- Alguma incapacidade para utilizar os serviços ou recursos existentes;
- Perda crescente da população residente;
- Fraca densidade populacional;
- Toxicodependência;
- Alcoolismo;
- Violência doméstica;
- Défice de respostas de acolhimento ao nível do apoio da autonomia de vida das crianças e jovens em risco;
- Algum défice na rede de transportes públicos;
- Parque de autocarros degradado.

Minorias étnicas

- Dificuldade da sua inserção social, profissional e constante mobilidade;
- Forte dependência do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Obtenção de rendimentos de atividades não declaradas;
- Fraca afluência às consultas de planeamento familiar.

Objetivos Gerais

- Melhorar as condições de vida da população;
- Promover a inclusão social ativa.

Objetivos Específicos

- Apoiar a natalidade e a infância;
- Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e situações de isolamento social;
- Apoiar a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar;
- Melhorar as competências parentais, sociais e relacionais;
- Continuar a apoiar a qualidade e a eficiência do processo educacional;
- Continuar a apoiar estruturas de apoio a atividades de tempos livres para as crianças do Jardim de Infância, 1.º, 2.º, 3.º ciclo do ensino básico e secundário do concelho;
- Promover a qualificação de profissionais diversos e outros agentes educativos;
- Desenvolver atividades no âmbito da intervenção familiar no que se refere ao acompanhamento escolar e à participação da comunidade nas escolas;
- Intensificar o trabalho da Saúde em meio Escolar e planeamento familiar junto da população mais jovem do concelho;
- Dinamizar as áreas prioritárias da saúde, sendo elas a alimentação, a higiene, a saúde oral, a segurança, a vacinação, a sexualidade, o tabagismo, o alcoolismo e a dependência;
- Promover uma linha de intervenção intencional e contínua no âmbito da prevenção primária das toxicodependências;
- Informar e orientar o imigrante.

Estratégias e Ações

- Garantir os cursos de Educação e Formação (CEF) e cursos profissionais;
- Articular com Conselho Municipal de Educação 2018/2019- 2019/2020;
- Atividades de acompanhamento escolar por parte dos pais; 2018/2019- 2019/2020;
- Desenvolvimento de projetos nas escolas que promovam o desenvolvimento parental e comunitário no processo educativo;
- Criação de materiais lúdicos, pedagógico de prevenção primária da saúde;
- Realizar atividades curriculares e de lazer de prevenção do tabagismo, alcoolismo, substâncias ilícitas, nutrição e gravidez na adolescência 2018/2019- 2019/2020;

- Discussão e esclarecimento de dúvidas relacionadas com a sexualidade, métodos de contraceção e doenças sexualmente transmissíveis;
- Formação a docentes, não docentes, alunos e comunidade em geral;
- Ações de sensibilização/formação de educação sexual, competências parentais e sociais.

Recursos e Parcerias

- Planos, programas, medidas e parcerias:

- Raia Histórica;
- PDR 2020;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo:
 - Educação Especial;
 - Ação Social Escolar;
 - Apoios Educativos;
 - Cursos profissionalizantes
- Centro de Saúde.
- Município de Figueira de Castelo Rodrigo:
 - Gabinete de Psicologia;
 - Gabinete de Educação;
 - Gabinete de Ação Social;
 - Gabinete de Candidaturas;
 - Gabinete de Comunicação;
 - Gabinete de Desporto;
 - CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes;
 - CLAE - Centro Local de Apoio ao Emigrante;
 - GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Hospital Sousa Martins;
- I.D.T. / C.A.T. da Guarda;
- Associação dos Alcoólicos Anónimos;
- Universidade da Beira Interior, UBI- Covilhã;
- IPG- Instituto Politécnico da Guarda / Escola de Enfermagem;

- Centro Distrital da Segurança Social;
- ACIDI; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural;
- GACI - Gabinete de apoio às comunidades ciganas;
- NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda;
- Freguesias do Concelho;
- IPSS's do Concelho;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego de Pinhel:
 - Cursos profissionalizantes
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Figueira de Castelo Rodrigo - CPCJ;
- Cáritas Diocesana da Guarda
- Associações com sede no Município.
- Conselho Municipal de Educação;
- Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde;
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- Plano Nacional de Saúde
 - Consultas de:
 - Saúde do adulto;
 - Saúde Infantil;
 - Saúde Materna;
 - Planeamento Familiar;
 - Diabetes
 - Hipertensão;
 - Nutrição;
 - Psicologia;
 - Tratamentos de Fisioterapia;
 - Análises Clínicas;
 - Saúde Oral nas escolas;
 - Rastreios à população;
- Escolas Profissionais do distrito da Guarda;
- Associação de Municípios da Cova da Beira;
- Plataforma da Ciência Aberta;

- Associação Transumância e Natureza;
- Proteção Civil;
- Existência de Instituições extra concelhias que apoiam cidadãos portadores de deficiência, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- ATL's do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Gabinete de Inserção Profissional – GIP;
- CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Projetos e Candidaturas

- Programa /projetos para o grupo específico deste eixo;
- PDR 2020;
- RAIÁ HISTÓRICA – Infraestruturas sociais e de saúde;
- Programa CLDS;
- Programa Escolhas;
- Programa Operacional; Respostas Integradas (PORI-CRI/IDT);
- POCH – Programa Operacional Capital Humano (Eixo 1 - Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens; Eixo 2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada);
- POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 Portugal + Igual.
- Centro de Acolhimento Temporário (CAT);

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de docentes, não docentes e técnicos envolvidos;
- N.º de pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Educação;
- N.º de pareceres emitidos pela Rede Social;
- N.º de atividades de acompanhamento escolar pelos pais;
- N.º de pais e encarregados de educação participantes;
- N.º de diagnósticos elaborados;
- N.º de cursos de via profissionalizante criados;

- N.º de testes aplicados;
- N.º de alunos com sucesso escolar por ciclo;
- % de insucesso e/ou abandono escolar de 2019 a 2024;
- N.º de ações / formações realizadas;
- Diversidade de materiais lúdicos – pedagógicos criados;
- N.º de disciplinas com atividades curriculares de prevenção das áreas prioritárias de saúde;
- N.º de crianças e jovens envolvidos;
- N.º de jovens participantes;
- N.º de parceiros envolvidos;
- N.º de itinerários do concelho;
- N.º de atividades promovidas /concelho;
- N.º de ações de sensibilização/formação sobre competências parentais e sociais, sexualidade, prevenção do tabagismo, alcoolismo, substâncias ilícitas, nutrição e gravidez na adolescência.

Eixo 2 – Emprego / Formação e Qualificação Profissional

Problemas

- Emprego precário (trabalho incerto /irregular);
- Falta de oportunidade de emprego;
- Défice na rede de transportes públicos;
- Baixa qualificação de mão – de – obra / Falta de habilitações literárias;
- Desajustamento entre a oferta e a procura de emprego e/ou formação profissional;
- Défice de competências pessoais, relacionais sociais e profissionais.

Objetivo Geral

- Formar, qualificar, certificar e integrar pessoas.

Objetivos Específicos

- Apoio à criação de dinâmicas empresariais;
- Criar ações de formação /informação ajustadas às necessidades;
- Promover o Turismo Rural;
- Promover uma agricultura/pecuária sustentável;
- Valorizar os recursos agrícolas locais.

Estratégias e Ações

- Garantir uma equidade no acesso à informação referente a programas e medidas de emprego;
- Adaptar as ações de formação à realidade do mercado de trabalho;
- Apoios financeiros e acompanhamento psicossocial a indivíduos/famílias em situação de desemprego;
- Disponibilizar incentivos técnicos, logísticos e financeiros à implementação de micro e pequenas empresas no concelho;

- Valorizar e potenciar os recursos existentes tais como, o artesanato, a gastronomia, o património arquitetónico, arqueológico, paisagístico e ambiental;
- Apostar na formação contínua dos ativos empregados, com vista a uma maior qualificação destes;
- Disponibilizar condições para o investimento e criação de novas empresas ou lógicas empresariais inovadoras e empreendedoras.

Recursos e Parcerias

- Instituto de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego de Pinhel;
- Incentivos á contratação e Apoio à criação do Próprio Emprego (IEFP);
- Gabinete de Inserção Profissional – GIP;
- Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- IPSS's do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Ninho de Empresas;
- Freguesias do Concelho;
- Agrupamento de Escolas;
- Planos, projetos e medidas;
- Oportunidade de Emprego associada à dinamização do Concelho;
- Homens e mulheres disponíveis para o emprego / Formação profissional;
- Apoio a atividades Artesanais / Criação de Circuitos Turísticos e Rotas Turísticas;
- Apoio a infraestruturas relacionadas com o turismo (Parque de campismo, áreas de lazer...);
- Animação Cultural e Animação Ambiental;
- Roteiro Arqueológico;
- Instalações do Município;
- Escolas Profissionais do distrito da Guarda;
- Potencialidades Turísticas;
- Raia Histórica (Associação de Desenvolvimento Local);
- Empregadores do concelho (Administração Pública, IPSS'S, o Comércio e Agricultura);
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda;

- Associação de Empresários da Guarda;
- Adegas Cooperativas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associações do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda / Associação Empresarial.

Projetos e Candidaturas

- Programas e medidas ativas de emprego;
- PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- POC - Programa Operacional Capital Humano (Eixo 3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade; Eixo 4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação; Eixo 5 - Assistência Técnica);
- PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural;
- COMPETE 2020;
- Centro 2020;
- INTERREG: Divulgação de zonas turísticas entre Portugal / Espanha + Participação de Feiras e Certames.

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de reuniões de acompanhamento pelos parceiros do grupo de trabalho;
- N.º de empresas criadas, n.º de apoios prestados aos empresários existentes;
- N.º de postos de trabalho criados;
- N.º de ações / formações realizadas;
- N.º de atividades desenvolvidas;
- N.º de projetos apreciados e aprovados;
- N.º de parceiros envolvidos.

Eixo 3 - Promoção da qualidade de vida da população idosa

Problemas

- Elevada taxa de envelhecimento;
- Crescente índice de envelhecimento;
- Elevado n.º de famílias com dificuldade para dar suporte ao idoso;
- Isolamento dos idosos;
- Degradação da habitação;
- Alcoolismo;
- Problemas de saúde;
- Insuficiência /inexistência de respostas para a patologia mental no Idoso (por exemplo Alzheimer e Parkinson);
- Elevado n.º de idosos com baixos valores de reformas /subsídios deixando-os com problemas na gestão da sua vida diária;
- Insuficiência de acordos com a segurança social na valência de lar;
- Escassez de vagas na valência de lares;
- Défice nos transportes.

Objetivo Geral

- Ampliar e melhorar a rede de equipamentos sociais de apoio ao idoso assim como a qualificação dos recursos humanos a fim de promover a qualidade de vida dos idosos.

Objetivos Específicos

- Promoção da melhoria da qualidade de vida dos idosos;
- Promover o envelhecimento ativo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência;
- Formação qualificada de profissionais na área da geriatria;
- Promover a formação ao longo da vida;
- Promover a socialização do idoso;
- Melhorar a rede de transportes;

- Melhorar os equipamentos sociais;
- Aumentar os níveis de proteção dos idosos;
- Diminuir a desertificação das freguesias mais isoladas e sem estruturas;
- Redimensionar, qualificar e dinamizar alguns programas/projetos sociais;
- Dinamização das IPSS's.

Estratégias e Ações

- Alargamento/ redimensionamento da rede de apoio à 3ª idade (Centro dia, apoio domiciliário, centro de convívio);
- Divulgação de programas de apoio às IPSS's;
- Banco local de Voluntariado;
- Criação de atelier onde o idoso pode ensinar na produção de artefactos;
- Sessões de Estimulação Cognitiva para os Idosos;
- Desempenho de atividades junto à comunidade, (Apoio a jardinagem, apoio nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo, a lares e centros dia);
- Promoção de passeios, convívios, sessões de cinema, sessões de teatro;
- Projeto de animação desportiva sénior;
- Realização de diversas atividades lúdicas e recreativas;
- Realização de ações periódicas de formação/informação com os idosos, familiares, funcionários e dirigentes de instituições, centradas em temáticas como: diabetes, higiene pessoal, tensão arterial, nutrição;
- Ações de sensibilização dirigidas à comunidade em geral no âmbito do isolamento social;
- Promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações.

Recursos e Parcerias

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo (Apoio técnico para elaboração de candidaturas, transporte, técnicos das diversas áreas, espaços físicos...)
- Freguesias do Concelho;
- Instituto da Segurança Social - Centro Distrital da Guarda;
- Serviço de Emprego de Pinhel;

- IPSS do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associações do Concelho;
- Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Universidade da Beira Interior;
- Instituto Politécnico da Guarda;
- Hospital Sousa Martins;
- Guarda Nacional Republicana;
- Recursos humanos disponíveis para o emprego e formação na área da 3ª idade;
- Existência de espaços físicos a potenciar para respostas dirigidas à 3ª idade;
- Dinamismo das IPSS (S) concelhias;
- Família e Comunidade;
- Associações culturais, recreativas e desportivas em todas as freguesias do concelho;
- Possibilidade de recorrer a candidaturas e projetos;
- Dinamismo das IPSS´s concelhias com intervenção junto deste grupo – alvo;
- Recetividade das IPSS (s) para formação interna e admissão de recursos técnicos;
- Existência de formadores qualificados;
- Circuitos pedestres;
- Piscinas Municipais;
- Academia Sénior;
- Projeto de teleassistência a pessoas/idosos em situação de vulnerabilidade social;
- Programa de Apoio ao Idoso.

Projetos e Candidaturas

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção Geral dos assuntos consulares e comunidades Portuguesas;
- INATEL 55+
- Promoção da qualidade de vida da população Idosa com o Complemento Solidário para Idosos (CSI);
- Programas /Projetos específicos dos intervenientes;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);

- Instituto da Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Plano Nacional de Saúde;
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 – 2025;
- Programas e medidas ativas de emprego.

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de idosos envolvidos;
- N.º de atividades desenvolvidas com os idosos e para os idosos;
- N.º de famílias envolvidas;
- N.º de valências criadas;
- N.º de parceiros envolvidos;
- N.º de ações de formação na área da Geriatria.
- N.º de pequenas reparações ao domicílio;
- N.º de melhorias de habitações.

Eixo 4 – Preservação do Ambiente

Problemas

- Incêndios e Desflorestação;
- Elevada produção de resíduos;
- Inadequada gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- Falta de sensibilização para as questões ambientais;
- Reduzida área florestal do concelho devido à intensidade de fogos e sobrepastoreio;
- Abandono do campo;
- Aumento da sinistralidade;
- Zonas de grande altitude;
- Difíceis acessos.

Objetivo Geral

- Valorizar a floresta;
- Promover o meio ambiente;
- Informar e divulgar formas de preservação do meio ambiente.

Objetivos específicos

- Sensibilizar a população para a importância das ações de prevenção;
- Incentivar alterações e mudanças de atitudes e/ou comportamentos da população;
- Promover a prevenção dos incêndios;
- Incentivar o repovoamento florestal;
- Diminuir o risco de poluição;
- Preservar o meio ambiente enquanto forma de promoção de uma vida saudável;
- Promoção das boas práticas ambientais;
- Realizar ações de informação e sensibilização sobre formas de prevenção de incêndios florestais;

- Ações de sensibilização à população sobre a necessidade de reflorestação das áreas ardidadas;
- Incentivar as entidades locais para proceder à medição do nível de poluição dos cursos de água e da qualidade do ar;
- Mudança de comportamento em relação às questões ambientais;
- Incentivar e orientar toda a população, desde os mais jovens aos mais idosos, para a recolha seletiva de resíduos.

Estratégias e Ações

- Aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Promover sessões de informação e sensibilização sobre formas de prevenção de incêndios;
- Promover sessões de informação e formação sobre o tratamento das áreas ardidadas;
- Promover e incentivar o repovoamento florestal, aumentando a área verde do concelho;
- Qualificar o processo de recolha de resíduos urbanos;
- Melhorar o sistema/estruturas de tratamento dos afluentes domésticos do concelho;
- Divulgar boas práticas ambientais através dos meios de comunicação locais;
- Aumentar o reforço na vigilância e fiscalização;
- Promover sessões de informação e divulgação sobre a importância da preservação do meio ambiente;
- Promover a existência de protocolos com as instituições e freguesias para realizar a limpeza e a manutenção das linhas e cursos de água;
- Promover os recursos naturais com a valorização da fileira florestal;
- Desenvolver campanhas de Educação Ambiental;
- Promover ações de informação, sensibilização e divulgação sobre a recolha seletiva de resíduos;
- Incentivar para a limpeza e segurança dos espaços verdes com vista a uma maior e melhor qualidade ambiental;
- Apoiar a atividade florestal, incentivar e garantir a gestão sustentável da floresta;

- Apoiar a reabilitação imobiliária e a recuperação do património e dos espaços construídos;
- Sensibilização para a importância de as atividades de uso tradicional do fogo ocorrerem em épocas menos sensíveis;
- Incentivar a gestão de comportamentos humanos, para diminuir o número de ocorrências;
- Ações de sensibilização e informação da população e públicos-alvo;
- Promoção do correto uso do fogo.

Recursos e Parcerias

- Floresta Comum;
- Município de Figueira de Castelo Rodrigo – Gabinete do Ambiente;
- Freguesias do Concelho;
- Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo;
- GNR de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- AJAIC - Associação de Jovens Agricultores do Interior Centro;
- Serviço de Emprego de Pinhel;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Plataforma da Ciência Aberta;
- Equipa de Sapadores Florestais;
- Associação Transumância e Natureza;
- Resiestrela;
- Águas do Vale do Tejo;
- Proteção Civil;
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira.

Projetos e Candidaturas

- Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020);
- Raia Histórica;
- CENTRO 2020;
- Fundo Ambiental;
- Fundo Florestal Permanente;
- POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de

Recursos;

- INTERREG;
- LIFE - *L'Instrument Financier pour l'Environment*.

Acompanhamento e Avaliação

- Nº sessões de informação/sensibilização/divulgação;
- Nº de atividades realizadas sobre boas práticas ambientais;
- Nº de ações de formação.

Contatos Úteis

Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Avenida Heróis de Castelo Rodrigo nº 60, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 311 156

E-mail: info@aefcr.pt / maia.lopes@aefcr.pt

Associação Cultural, Social e de Melhoramentos de Vermiosa

Morada: Rua das Eiras nº 1, 6440 – 261 Vermiosa

Telefone: +351 271 366 945 Telemóvel: 969633138

E-mail: acsmvermiosa@sapo.pt

Associação de Desenvolvimento Local Terra do Lagarto

Morada: Rua da Misericórdia, 6440- 271 Vilar de Amargo, Figueira de Castelo Rodrigo

Telemóvel: 934900197

E-mail: terradolagarto@gmail.com

Associação de Desenvolvimento de Vale de Afonsinho

Morada: Rua direita 1 r/c, 6440-251 Vale de Afonsinho, Figueira Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 227 204

E-mail: valedeafonsinho.ipss@gmail.com

Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Avenida 25 de Abril, 118 r/c centro, 6440 – 111 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 311 284

E-mail: apfcfcr@sapo.pt

Associação Erva-Prata

Morada: Avenida 25 de Abril, 118 r/c centro, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 313 915

E-mail: erva-prata@erva-prata.com

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Figueirenses

Morada: Rua Cónego Patrício 101, 6440 – 121 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 312 405

E-mail: ahbvf@sapo.pt

Associação de Jovens Agricultores do Interior Centro (AJAIC)

Morada: Ninho de Empresas – Avenida Heróis de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 313 250

E-mail: ajaic.fcr@gmail.com

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 2019

Associação Sócio-Cultural e Desportiva Almofalense

Morada: Rua Direita nº 26, 6440-021 Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 366 924 E-mail: assocalmofala@sapo.pt

Associação Sócio- Cultural de Freixeda do Torrão

Morada: Rua de Santa Ana s/n, 6440-210 Freixeda do Torrão, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 311 211 Telemóvel: 913 828 842
E-mail: ascftorrrao@gmail.com
Site: www.associacaosocioculturalfreixedadotorrao.com

Associação Solidariedade Social Figueira SOS

Morada: Rua José Gil, 6440-125 Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 311 188
E-mail: figueirasos@sapo.pt

Associação de Solidariedade Social de Barca D'Alva – Douro Social

Morada: Travessa do Silho nº5, 6440 – 071 Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 355 119
E-mail: dourosocial@gmail.com

Associação Transumância e Natureza

Morada: Rua Pedro Jacques de Magalhães, nº3, 6440 – 111 Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 311 202
E-mail: geral@atnatureza.org Site: <http://www.atnatureza.org>

Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Largo Dr. Vilhena nº1, 6440-100 Figueira Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 319 000
E-mail: cm-fcr@cm-fcr.pt

Caminheiros do Águeda Associação

Morada: Rua do Barrocal, 6440- 211 Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 313 304
E-mail: caminheirosdoagueda@gmail.com

Cáritas Diocesana da Guarda

Morada: Colégio de S. José, s/n. 6300-568 Guarda
Telefone: +351 271 212 428
E-mail: direcao@caritasguarda.pt Site: www.caritasguarda.pt

Casa de Freguesia de Escalhão

Morada: Rua da Barca de Alva nº14, 6440-072 Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 346 142
E-mail: casafreguesia@sapo.pt

Centro Distrital da Segurança Social da Guarda

Morada: Avenida Coronel Orlindo de Carvalho, 6300 - 680 Guarda
Telefone: 300 502 502

Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Avenida Sá Carneiro nº 72, 6440 – 102 Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 312 277
E-mail: csfcrodrigo@ulsguarda.min-saude.pt

Centro de Solidariedade Social da Reigada

Morada: Rua São Sebastião nº 39, 6440-241 Reigada, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 377 003 Telemóvel: 968593655
E-mail: reigadasocial2012@gmail.com

Centro Social de Mata de Lobos

Morada: Rua das Eiras, 6440-211 Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 312 570
E-mail: centrosocialmatadelobos@hotmail.com

Centro de Solidariedade Social de Algodres

Morada: Rua do Chafariz nº1, 6440-011 Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 397 919
E-mail: cssalgodres@gmail.com
Site: <http://www.cssalgodres.pt/>

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Morada: Avenida Heróis de Castelo Rodrigo - Edifício do Ninho de Empresas do Conhecimento, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 311 165
E-mail: cpcj.fcr@gmail.com

Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr. Álvaro Augusto Garcia

Morada: Avenida Heróis de Castelo Rodrigo nº 68, 6440-113 – Figueira de Castelo Rodrigo
Telefone: +351 271 312 680
E-mail: fundacaoanapaula@sapo.pt

Guarda Nacional Republicana de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Rua Doutor Aníbal de Azevedo nº 7, 6440-132 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 319 060

E-mail: ct.grd.dvfm.pfcr@gnr.pt

Gabinete de Inserção Profissional

Morada: Avenida Heróis de Castelo Rodrigo - Edifício do Ninho de Empresas do Conhecimento, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 313 372

E-mail: gip.fig.castelo.rodrigo@raiahistórica.org

Hospital Sousa Martins

Morada: Avenida Rainha Dona Amélia, 6300 – 858 Guarda

Telefone: +351 271 200 200

E-mail: secretariado.ca@ulsguarda.min-saude.pt

Instituto da Segurança Social

Telefone: 300 502 502

Site: <http://www.seg-social.pt/inicio>

Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Rua Santa Maria de Aguiar nº 65, 6440 - 125 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 312 061

E-mail: josecmnunes@gmail.com / freguesiafcr@mail.telepac.pt

Site: <http://www.freguesiadefigueiradecastelorodrigo.pt/portal/v3.0/>

Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo

Morada: Rua do Relógio nº 5, 6440 - 031 Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 311 077

E-mail: pdarei79@gmail.com / freguesiadecastelorodrigo@gmail.com

Junta de Freguesia de Escalhão

Morada: Bairro das Eiras, 6440 – 072 Escalhão

Telefone: +351 271 346 089

E-mail: freguesiadeescalhao@sapo.pt

Junta de Freguesia de Mata de Lobos

Morada: Rua dos Combatentes do Ultramar, 6440 – 211 Mata de Lobos

Telefone: +351 271 311 237

E-mail: presidente.matalobos@gmail.com

Junta de Freguesia de Vermiosa

Morada: Rua dos Correios, 6440 – 261 Vermiosa

Telefone: +351 271 366 913

E-mail: jfvermiosa@sapo.pt

Plataforma da Ciência Aberta

Morada: Rua da Pedriça nº 39, 6440-071 Barca D’Alva. Figueira de Castelo Rodrigo

Telemóvel: Maria Vicente - 965 336 157 Paulo Lourenço 963 257 710

E-mail: info@plataforma.edu.pt / maria@plataforma.edu.pt / paulo@plataforma.edu.pt

Site: <https://www.plataforma.edu.pt/>

Santa Casa da Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo

Morada: Rua Pedro Jacques de Magalhães nº 34, 6440-112 Figueira de Castelo Rodrigo

Telefone: +351 271 312 198

E-mail: scmfcrlar@iol.pt

Site: <http://www.santacasadamisericordiafcr.pt/>

Serviço de Emprego de Pinhel

Morada: Rua Silva Gouveia, nº 22, 6400 Pinhel

Telefone: + 351 271 093 960

E-mail: cte.pinhel@iefp.pt

União de Freguesias do Colmeal e Vilar Torpim

Morada: Rua da Fonte Romana nº 2, 6440 - 281 Vilar Torpim

Telefone: +351 271 377 060

E-mail: freg.colmealvilartorpim@gmail.com

União de Freguesias de Almofala e Escarigo

Morada: Rua da Igreja nº 2, 6440 – 021

Telefone: +351 271 366 911

E-mail: almofalapimentel@gmail.com / freguesiaalmofalaescarigo@gmail.com

União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada

Morada: Largo das Eiras, 6440 – 241 Reigada

Telefone: +351 271 377 091

E-mail: nunoguerra1978@gmail.com

União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo

Morada: Largo da Igreja nº 1, 6440 – 011 Algodres

Telefone: +351 271 397971

E-mail: ufavava@gmail.com

União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia

Morada: Largo do Adro, 6440 – 201 Freixeda do Torrão

Telefone: +351 271 313 387

E-mail: freguesiafqp@gmail.com

Bibliografia

Fontes

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo - Divisão da Ação Social;
- Município de Figueira de Castelo Rodrigo - Divisão de Obras, Planeamento e Urbanismo;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Pré-Diagnóstico do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo Outubro de 2003;
- Diagnóstico Social – Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo Janeiro de 2005;
- Diagnóstico Social – Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo Janeiro de 2019;
- Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 2005;
- Dados Estatísticos do IEFP:
- Dados Estatísticos da Segurança Social;
- Dados Estatístico do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.
- PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão;
- PNE- Plano Nacional de Emprego.

Sites Consultados

www.ine.pt

www.pordata.pt

www.iefp.pt

www.cnpcjr.pt

www.sef.pt

www.acidi.gov.pt

www.min-saude.pt

www.seg-social.pt